

REFORMA DO JUDICIÁRIO – EC 45/04: A NOVA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA O JULGAMENTO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS QUE ENVOLVEM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. Juliana de Melo e Silva. Prof. Eliana dos Santos Alves Nogueira – Direito – Faculdade de Historia, Direito e Serviço Social – *Campus* de Franca.

A Justiça do Trabalho é o ramo do Poder Judiciário responsável pela solução das lides referentes às relações de trabalho, cuja competência é estabelecida pelo artigo 114 da Constituição Federal.

Para Sérgio Pinto Martins competência é a parcela de jurisdição dada a cada juiz para uma determinada área geográfica. Logo, entende-se que esta é o espaço físico e jurídico, em que vai atuar cada juiz exercendo seu poder jurisdicional¹.

A jurisdição é uma das funções do Estado, mediante a qual este busca a pacificação de conflitos com justiça, ou seja, jurisdição consiste no poder que o juiz tem de dizer o direito no caso concreto, de forma imperativa, impondo suas decisões de acordo com a função cometida-lhe pela lei.

A competência da Justiça do Trabalho, antes da Reforma do Judiciário, Emenda Constitucional nº. 45 de dezembro de 2004, referia-se a relação de emprego primeiramente, como dispunha o art. 114 da CF de 1988 ao afirmar que:

Compete a Justiça do Trabalho conciliar e julgar as dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de emprego, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.

Após a referida Emenda sua competência passou a abranger toda relação de trabalho, trazendo em seu enunciado a ampliação da competência da Justiça do trabalho para ações que tenham o elemento trabalho como objeto da lide, ainda que tal relação jurídica não se configure numa relação jurídico trabalhista propriamente dita.

O estudo do tema objeto deste é de relevante importância, na medida em que busca analisar quais as implicações trazidas pelas modificações feitas no artigo 114 da CF, por meio da EC 45/04, no que tange às relações que abrangem a prestação de serviço, por configurá-la uma relação laboral.

A pesquisa destas mudanças se faz necessária, não só pela carência em dirimir-se controvérsias quanto à classificação da prestação de serviço, seja como relação de trabalho ou como relação de consumo, como também por buscar observar quais os reflexos da presente Emenda Constitucional no Poder Judiciário Trabalhista.

As polêmicas criadas ao redor dos conceitos e efeitos, trazidos pela EC 45/04, pela doutrina e jurisprudência acabam por intrigar-nos a analisá-los, buscando descobrir se o que há é uma desespecialização ou ampliação e fortalecimento desta Justiça.

O art. 114, após a Reforma do Judiciário, trouxe em seu texto, no inciso I, a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar “as ações oriundas da relação de trabalho”, ou seja, sua competência passou a abranger toda relação em que “o vínculo jurídico é atividade mesma da

¹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2004, P. 119.

pessoa que presta serviços para outra, para uma empresa ou para uma pessoa física”, como afirma Amauri Mascaro Nascimento², englobando ações que versem não só sobre Direito do Trabalho, como também Direito Civil, Direito Penal, Processo Civil e até mesmo Direito do Consumidor. Tornando esta Justiça competente para todas as questões emergentes da relação de trabalho *latu sensu*.

No entanto, surge aqui uma problemática quanto ao conceito de relação de trabalho, questionando-se se esta abrange ou não outras relações como a relação de consumo, o contrato de empreitada, de fornecimento, de prestação de serviços, de compra e venda e tantos outros institutos do Direito, visto que há autores que entendem que estes são de competência da Justiça do Trabalho e outros que entendem que não.

Portanto, cuidaremos de analisar se a prestação de serviço, por muitos entendida como relação de consumo, é da competência da Justiça do Trabalho ou da Justiça Estadual Comum.

No desenvolvimento de qualquer pesquisa faz-se necessário a utilização de métodos que permitam o sucesso da pesquisa realizada. A metodologia, nas Ciências Sociais principalmente, é de reconhecida importância posto que nos permite encontrar os instrumentos mais adequados às nossas atividades cognitivas.

Conhecer é uma relação que se estabelece entre sujeito e o objeto a ser conhecido, no entanto, muitas vezes, tal objeto não é sensível, fazendo com que tenhamos por instrumento conceitos, princípios e leis.

Sabemos ainda que não há conhecimento de ciência sem o emprego de métodos científicos. Método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que nos permitem alcançar determinado objetivo, ou seja, conhecimentos válidos e verdadeiros.

Todavia, há que se perceber que existem várias faces do conhecimento: o conhecimento científico no qual busca-se conhecer as causas e leis que regem determinado fenômeno, guiado por um método específico; conhecimento empírico ou vulgar que é ametódico e assistemático; conhecimento filosófico que tem por objeto realidades mediatas; e, o conhecimento teológico que tem suas bases na fé e no sobrenatural.

A partir disso, verificamos que o buscado em nossos trabalhos é o conhecimento científico, e para tal utilizaremos o método analítico-dedutivo, no qual partindo das teorias e leis e de determinadas premissas analisar-se-á a ocorrência dos fenômenos concernentes ao tema estudado, encontrando uma conclusão que se aproxime da realidade. Com isso, buscaremos examinar a matéria objeto, os fatores que a influenciaram e seus aspectos.

Desse modo, tal trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa teórica, combinando doutrina e legislação, por meio do estudo de diversas bibliografias relevantes à compreensão do presente tema.

Verificamos que em nada se assemelha a relação de emprego com a relação de consumo, que a relação de emprego é espécie da relação de trabalho gênero, que a relação de consumo em hipótese alguma será espécie de relação de trabalho, visto serem distintas principalmente em face de seus sujeitos, e que há situações em que, dependendo de como se dá a prestação de serviço, encontrará elementos da relação de consumo na relação de trabalho, como a prestação pessoal de serviços.

A grande problemática concentra-se em delimitar a abrangência da prestação de serviço de acordo com os sujeitos que a efetuam, podendo ora ser considerada prestação de serviço

² NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **A Competência da Justiça do Trabalho para a Relação de Trabalho in Nova Competência da Justiça do Trabalho**. Revista Anamatra. São Paulo: LTr, 2005, p. 25.

relação de trabalho ora relação de consumo, principalmente quando no serviço prestado inexistente o elemento subordinação.

Grijalbo Fernandes Coutinho posiciona-se de forma abrangente, afirmando que “a solução de conflitos atinentes a todas as relações de trabalho humano, inclusive àquelas que o são, concomitantemente, de consumo, são de competência da Justiça do Trabalho³”.

Dentre as modalidades de prestação de serviço a que mais tem gerado discussões e incertezas no que concerne à competência é a atividade prestada pelo trabalhador autônomo.

A prestação de serviço pode ser tanto subordinado quanto autônomo. A prestação de serviço subordinada vem regulada pela CLT, visto configurar-se relação de emprego, ao passo que a prestação de serviço autônomo⁴, vem regulada por leis esparsas, bem como pelo Código Civil, carecendo muitas vezes de uma maior proteção jurídica. Esta última pode ser realizada tanto pela pessoa física quanto pela jurídica. Logo, em função dos princípios que regem a relação de trabalho e a relação de consumo, e da natureza da personalidade jurídica do prestador, tal relação poderá ser de consumo ou de trabalho.

A conclusão a que chegamos é a de que, na hipótese de julgamento da lide relativa a prestação de serviço na Justiça do Trabalho, privilegiar-se-á o prestador pessoal de serviço, ora trabalhador. Ressalte-se que a prática vem demonstrando, inclusive, que a pessoa jurídica também poderá recorrer-se da Justiça do Trabalho para resolver lides que envolva tal prestador de serviços no pólo passivo da lide.

Nesse ínterim questiona-se também qual será o ordenamento aplicável, na hipótese em que a prestação de serviço seja considerada relação de trabalho, se este será o trabalhista, o cível ou mesmo o consumerista, quando tais relações possuírem elementos atinentes ao direito do consumidor, ressalte-se, quando se tratar de serviço prestado pelo profissional liberal, que muitas vezes remete-nos ao Código de Defesa do Consumidor.

Ressalte-se, ainda, que a prestação de serviço realizada por pessoa jurídica será afastada da competência da Justiça do Trabalho, visto ser “imprescindível que a prestação de serviço seja pessoal, contratada e realizada por pessoa natural”, por fim, conclui que foram “incluídas na competência material da Justiça do Trabalho processar e julgar as demandas que envolvam prestação pessoal de serviços, inclusive dos serviços que estejam regulados pelo CDC⁵”.

No que se refere à matéria a ser aplicada, observamos que não há grandes discussões em relação a tal assunto, e, portanto, utilizar-se-á a matéria correspondente à lide, como se dava anteriormente, visto que a competência referir-se ao processo e não a matéria em questão.

Acompanhando tal linha de pensamento chegamos ao entendimento de que competente será a Justiça do Trabalho a apreciar também as ações que envolvam a atividade de prestadores de serviço, tais como corretores, médicos, engenheiros, arquitetos, dentre outros profissionais liberais, desde que tal atividade seja prestada por pessoa natural e não tenha como destinatário final o tomador de serviços, caso em que será relação de consumo.

³ “Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho: Mudança que contraria o Perfil Conservador da Reforma do Judiciário” in COUTINHO, Grijalbo Fernandes, FAVA, Marcos Neves. **Justiça do Trabalho: competência ampliada**. São Paulo: LTr, 2005, p. 107.

⁴ “Profissional liberal ou Profissional Autônomo, são sinônimos. Pela adjetivação liberal, do latim liberais, de liber (livre), literalmente assim se deve entender toda profissão, que possa ser exercida com autonomia, isto é, livre de qualquer subordinação a um patrão ou chefe”. Disponível em: <http://www.sengerj.org.br/liberal.htm>. Acesso em 18 Ago. 2006.

⁵ SNIFER, Moyses Simão. **O Direito do Consumidor e a Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho**. ANPT. Disponível em www.anpt.org.br. Publicado em 25.02.2005 – Brasília/DF. Acesso em 09 jan. 06.

Referências Bibliográficas:

COUTINHO, Grijalbo Fernandes, FAVA, Marcos Neves. **Justiça do Trabalho: competência ampliada**. São Paulo: LTr, 2005.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **A Competência da Justiça do Trabalho para a Relação de Trabalho** *in* Nova Competência da Justiça do Trabalho. Revista Anamatra. São Paulo: LTr, 2005.

SNIFER, Moyses Simão. **O Direito do Consumidor e a Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho**. ANPT. Disponível em www.anpt.org.br. Publicado em 25.02.2005 – Brasília/DF. Acesso em 09 jan. 06.